

Rui Maia Diamantino
(Organizador)



As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena
Editora
Ano 2019

Rui Maia Diamantino

(Organizador)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e a produção criativa humana 2 [recurso eletrônico] / Organizador Rui Maia Diamantino. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-595-2 DOI 10.22533/at.ed.952190309 1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social. I. Diamantino, Rui Maia. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este segundo volume do e-book “As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana” aponta para a multiplicidade dos saberes, conforme a visão de Edgar Morin quando discute sobre o tema da complexidade. As contribuições vão desde os costumes da cultura até aos aspectos da vida prisional, que são indicativos importantes da natureza social do Brasil. Entre esses dois aspectos, a inclusão social, a discussão sobre comportamentos e sobre a atuação da educação estão presentes.

Em função da variedade dos temas que vieram para contribuir e qualificar os nossos saberes, o volume foi organizado em cinco tópicos: “memória, preservação e resgate da cultura popular”, que enfatiza a contribuição dos hábitos e valores para o estabelecimento de uma narrativa na cultura popular; “aspectos inclusivos e de mobilidade social”, com foco nas questões de pessoas com deficiência física e na posição da mulher no campo do trabalho; “perspectivas e comportamentos na terceira idade”, onde são discutidos os aspectos subjetivos do envelhecer, objeto emergente de estudos visando aos 25% de idosos na população mundial nos próximos 10 anos; “inclusividade em contextos educacionais e inovações pedagógicas”, tópico que se mostrou como o de maior contribuição para a presente publicação, refletindo a preocupação do setor acadêmico sobre os aspectos mais ventrais da educação no nosso país; e, finalmente, “comportamentos em contextos prisionais”, onde são abordadas as percepções por meio de auto relatos de mulheres e agentes penitenciários sobre suas vivências em uma das condições mais precárias que um cidadão ou cidadã pode experimentar no Brasil.

Com essas cinco seções, o leitor, a leitora, poderá aumentar suas lentes sobre os tópicos publicados, consultando, discutindo e analisando as páginas produzidas ao longo dos dezesseis trabalhos que aqui constam. São, em si, experiências de diversidade que abrangem visões das muitas regiões do país, o que torna as narrativas aqui incluídas bastante atuais para compreendermos melhor os desafios contemporâneos na construção de saberes em um país tão plural como o Brasil.

A todos e todas desejamos leituras, estudos e reflexões com muito proveito!

Rui Maia Diamantino

SUMÁRIO

I. MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESGATE DA CULTURA POPULAR

CAPÍTULO 1 1

A BENZEÇÃO POPULAR COMO LEGADO DE UMA ARTE FEMININA DE CURA PROVENIENTE DO ALÉM-MAR: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Yls Rabelo Câmara
Lia Machado Fiuzza Fialho

DOI 10.22533/at.ed.9521903091

CAPÍTULO 2 13

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DO RÁDIO NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

João Alves Souza Filho
Vivian Fernandes Carvalho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.9521903092

CAPÍTULO 3 29

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: A HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA/PB

Vilma de Lurdes Barbosa
Jéssica Hellen dos Santos Araújo
Severino Bezerra da Silva
Suelídia Maria Calaça
Márcia Albuquerque Alves

DOI 10.22533/at.ed.9521903093

II. ASPECTOS INCLUSIVOS E DE MOBILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 4 41

A INSERÇÃO SOCIAL DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:UM ESTUDO DE CASO

Angela Maria de Camargo dos Santos
Idorlene da Silva Hoepers

DOI 10.22533/at.ed.9521903094

CAPÍTULO 5 53

ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS ESTUDOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A UNIVERSIDADE

Camila Moraes da Rocha
Ana Lúcia Oliveira Aguiar
João Dehon da Rocha Junior
José Evangelista de Lima
Stenio de Brito Fernandes
Geraldo Mendes Florio
Eliane Cota Florio
Risalva Ferreira Nunes de Medeiros
Débora Tereza dos Santos Meneses
Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903095

CAPÍTULO 6 63

ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS QUE PRODUZEM E AS QUE REPRODUZEM

Maria Izabel Machado

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.9521903096

III. PERSPECTIVAS E COMPORTAMENTOS NA TERCEIRA IDADE

CAPÍTULO 7 87

ENVELHECIMENTO FEMININO E SUBJETIVIDADE

Roana de Jesus Braga

Mariele Rodrigues Correa

DOI 10.22533/at.ed.9521903097

CAPÍTULO 8 98

FATORES ASSOCIADOS A QUEIXAS SUBJETIVAS DE MEMÓRIA PROSPECTIVA E RETROSPECTIVA EM IDOSOS RESIDENTES NA COMUNIDADE

Alan Ehrich de Moura

Heloisa de Freitas Pacifico

Bernardino Fernández Calvo

DOI 10.22533/at.ed.9521903098

IV. INCLUSIVIDADE EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS

CAPÍTULO 9 107

INOVANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS: POR UMA TECNOLOGIA PARA A QUEBRA DE BARREIRAS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Camila Morais da Rocha

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

João Dehon da Rocha Junior

José Evangelista de Lima

Geraldo Mendes Florio

Eliane Cota Florio

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Débora Tereza dos Santos Meneses

Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903099

CAPÍTULO 10 117

LABORATÓRIO MULTIMÍDIA PROPOSTA DE ENSINO PARA A MATEMÁTICA

Wilmar Borges Leal Junior

Robert Mady Nunes

Nailson Martins Dantas Landim

Lucyano Campos Martins

Haryson Huan Arruda da Silva Santos

Delfim Dias Bonfim

Douglas Ferreira Chaves

Suzane Aparecida Cordeiro

Helaís Santana Lourenço Mady

DOI 10.22533/at.ed.95219030910

CAPÍTULO 11	126
LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL - VIVÊNCIAS COM CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR	
Ana Carolina Batista	
Degelane Córdova Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.95219030911	
CAPÍTULO 12	138
O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO AÇÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA, DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	
Marlon Santos de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.95219030912	
CAPÍTULO 13	147
PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: INOVANDO PRÁTICAS, TECENDO METODOLOGIAS E ADEQUAÇÕES PARA DISCENTES CADEIRANTES NO ENSINO SUPERIOR	
Samuel Carvalho Rebouças	
Ana Lúcia Oliveira Aguiar	
Stenio de Brito Fernandes	
Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes	
José Evangelista de Lima	
Francinilda Honorato dos Santos	
Eliane Cota Florio	
DOI 10.22533/at.ed.95219030913	
CAPÍTULO 14	156
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI / IFTO	
Saturnina Soares de Carvalho	
Suelene Soares Carvalho de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.95219030914	
V. COMPORTAMENTOS EM CONTEXTOS PRISIONAIS	
CAPÍTULO 15	169
AVALIAÇÃO DE VALORES BÁSICOS EM MULHERES PRESAS E DA POPULAÇÃO GERAL	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Thalita Regina Albuquerque de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95219030915	
CAPÍTULO 16	184
ESTUDO SOBRE A RAIVA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DA GRANDE JOÃO PESSOA	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Reña Herbert Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95219030916	
SOBRE O ORGANIZADOR	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI / IFTO

Saturnina Soares de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO
Gurupi – Tocantins

Suelene Soares Carvalho de Albuquerque

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO
Gurupi – Tocantins

RESUMO: O objetivo deste trabalho é divulgar uma experiência que está sendo vivenciada pelas profissionais tradutoras e intérpretes da língua brasileira de sinais, durante a atuação em sala de aula com um aluno surdo ingressante em uma turma mista (alunos ouvintes) que atende aos preceitos da escola inclusiva, no curso de bacharelado em Engenharia Civil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins- Campus Gurupi. Neste artigo busca-se apresentar as estratégias e os desafios que frequentemente surgem no dia a dia dos profissionais tradutores e intérpretes de libras, que precisam de desenvoltura para o ato interpretativo, bem como do trabalho conjunto com os docentes no repasse de orientações de metodologias adequadas, adaptações no material didático, apoio de materiais pedagógicos de acessibilidade para atendimento ao aluno. Em grande escala, o ambiente educacional não propicia o acesso

ao aluno surdo, desconsiderando sua cultura e sua língua, isso ocorre desde sua entrada na instituição escolar até sua saída, esta realidade reflete na comunicação professor/aluno, Fernandes (2011. p.107), faz essa análise principalmente da dificuldade que a falta do uso de metodologia adequada gera para que o processo educacional, bem como de comunicação de fato aconteça. Ademais, serão expostos as estratégias adotadas pelas mesmas ao lidarem com a escassez de sinais para termos específicos da área, além de métodos para inclusão do aluno surdo no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva, ensino superior, libras, surdo.

EXPERIENCE REPORT: STRATEGIES FOR THE INCLUSION OF THE STUDENT DEAF IN HIGHER EDUCATION - CAMPUS GURUPI / IFTO

ABSTRACT: This work aims to divulge an experience that is being experienced by professional translators and interpreters of the Brazilian sign language during the classroom interaction with a deaf student joining a mixed group (listening students) that complies with the precepts of inclusive school, in the bachelor degree course in Civil Engineering, of Federal Institute of Education, Science and Technology

of Tocantins- Campus Gurupi. In this article, we present the strategies and challenges that frequently appears in the day-to-day practice of professional translators and interpreters of libras, who need a resourcefulness for the interpretive act, as well as working together with the teachers in the transfer of guidelines of appropriate methodologies, adaptations in the didactic material, support of pedagogical materials of accessibility to attend the student. On a large scale, the educational environment does not provide access to the deaf student, disregarding their culture and their language, this occurs from their entrance into the school institution until their departure, this reality reflects in the teacher / student communication, Fernandes (2011. p.107), makes this analysis mainly of the difficulty that the lack of the use of adequate methodology generates so that the educational process, as well as of communication of fact happens. In addition, the strategies adopted by them will be exposed in dealing with the shortage of signals for specific terms in the area, as well as methods for inclusion of the deaf student in higher education.

KEYWORDS: inclusive education, higher education, libras, deaf.

1 | INTRODUÇÃO

O contexto histórico - educacional e social dos surdos no Brasil traz uma cultura adversa. Os surdos de classes sociais com poucos recursos financeiros eram considerados como pessoas não-educáveis e, por esta razão excluídos e relegados à margem da sociedade, em contrapartida os surdos que advinham de famílias abastadas tinham, acesso aos espaços educacionais com boa qualidade de ensino. Frasson, Pietrochinski e Schumesitter (2008, p. 3) comenta sobre a inclusão de surdos na sociedade:

Os deficientes auditivos, desde os primórdios da civilização, trazem em suas histórias de vida um emaranhado de situações no que diz respeito aos aspectos sociais, educacionais e culturais. Cercados de preconceitos, visto serem considerados pela sociedade como indivíduos com uma inferioridade de inteligência, imbecis, doentes, incapazes e não educáveis, foram colocados em situação de desvantagem, ocupando no imaginário coletivo a posição de alvo de caridade, de assistência social, e não de sujeitos com direitos e deveres de cidadão.

Correspondente a essa herança cultural adversa, a prática educacional adequada e que satisfaça as especificidades linguísticas do surdo configura-se ainda hoje um processo ambíguo. Apesar disto, estamos vivenciando um momento em que temas relacionados a educação inclusiva tem ganhado cada vez mais espaço e força, ainda assim é notório a existência de um número pouco expressivo em relação a pesquisas e estudos acerca do ingresso e da permanência do aluno surdo no ensino superior. Ao analisarmos a trajetória escolar de um aluno surdo perceberemos, que na maioria das vezes está envolta em muitos desafios: falta de intérpretes de libras em sala de aula, poucas escolas bilíngues para que o surdo tenha acesso desde os primeiros anos e

ocorra aquisição linguística entre outros. O resultado é alunos surdos que concluem o ensino médio que têm pouco ou nenhum domínio da sua própria língua, a Libras, e pouquíssima ou nenhuma compreensão da Língua Portuguesa. Essa realidade é ainda mais visível em cidades do interior, e não é diferente com o município de Gurupi no estado do Tocantins, com respeito ao ensino superior foco deste relato, citamos a existência de apenas 03 alunos surdos ingressos/cursando nas instituições presentes no município.

O Curso de Engenharia Civil do IFTO - Campus Gurupi, conforme o consta em seu Projeto Pedagógico, é ofertado de forma integral. O aluno surdo referência para nosso relato ingressou no curso por meio de vestibular ofertado, sendo assim a instituição dispõe de 02 profissionais para realizar a tradução e interpretação de todas as aulas para proporcionar ao estudante o acesso à formação integral atingindo assim a inclusão da forma esperada. Frente a essa realidade, o presente trabalho nasce com o intuito de contribuir com as pesquisas sobre a temática, ampliando as discussões por meio da publicização das estratégias adotadas ao lidar com esses desafios, tendo como foco o trabalho desenvolvido pelas profissionais Tradutoras e Intérpretes de Libras, no campus Gurupi - IFTO. Espera-se que o mesmo possa contribuir ainda para implementação de ações políticas pedagógicas que preencha as necessidades educacionais reais dos surdos e favoreça um melhor processo de inclusão no ensino superior.

Para tanto, foi elencado o seguinte objetivo geral: Relatar a experiência que tem sido vivenciada pelas profissionais Tradutoras Intérpretes de Libras durante a atuação com aluno surdo no curso Bacharelado em Engenharia Civil, no âmbito do Campus Gurupi-IFTO. Como objetivos específicos destacam-se: Contextualizar as especificidades do profissional Tradutor Intérprete de Libras Educacional; Relatar a realidade inclusiva do aluno surdo no ensino superior; Apresentar os percalços encontrados durante atuação em sala de aula; Apresentar as estratégias desenvolvidas para o atendimento do aluno surdo e Promover reflexão para melhoria do processo inclusivo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Acerca do profissional tradutor/intérprete de libras

As modalidades de tradução-interpretação compreende intermediar um processo comunicacional entre ouvinte e surdos ou vice versa e também fazer a transição entre textos em português para a estrutura de libras e vice versa, - língua brasileira de sinais para português oral e/ou escrita, português para a língua de sinais visual-gestual e/ou escrita de sinais. Apesar de parecer algo relativamente simples, é um processo que exige uma abordagem linguística profunda. Comentando sobre este processo, Quadros (2002) diz :

O ato de interpretar torna-se ainda mais complexo, uma vez que envolve um ato cognitivo-linguístico, onde o tradutor/intérprete estará diante de indivíduos com intenções comunicativas específicas, fazendo uso de diferentes línguas. O intérprete processa a informação na língua-fonte e faz escolha lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua-fonte.

O tradutor e intérprete de língua de sinais é um profissional com formação específica, com competência (conhecimento) e habilidades (técnica) para esta função. A formação exigida e regulamentada para o exercício legal da profissão está assegurada pela Lei 10.436/2002, pelo decreto 5.626/2005 e pela Lei 12.319/2010. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), conta atualmente com dois perfis de profissionais tradutores/intérpretes atuantes, a saber níveis médio e superior classificados em “D” e “E”, os mesmos são selecionados através de concurso público e processos seletivos. Ambos têm como atribuições traduzir e interpretar da Língua Brasileira de Sinais - Libras, em sua modalidade sinalizada, para a Língua Portuguesa, na modalidade oral e escrita, e vice-versa, em sala de aula ou em outras atividades escolares/acadêmicas, acompanhar estudantes em visitas técnicas, congressos, seminários, e similares inerentes às atividades do curso entre outras competências.

Sobre a presença do intérprete em sala de aula e o uso de libras, no ensino fundamental, Lacerda (2003, p.128) comenta que apenas estes recursos não são garantias de êxito nas atividades pedagógicas, sugerindo maior atenção por parte das escolas, quanto a metodologia utilizada e currículo proposto, uma vez que, dependendo do tema ou da metodologia selecionada, o intérprete pouco pode fazer para favorecer a aprendizagem do aluno surdo. Sander (2003, p.129) enfatiza que:

Os intérpretes de língua de sinais que atuam em universidade deveriam ter, no mínimo, uma formação superior, de preferência na área de atuação, além de um curso de tradução/interpretação de língua de sinais, este autor considera importante a formação acadêmica e o ambiente linguístico e cultural constante, pré-requisitos importantes e fundamentais para um intérprete de Libras qualificado.

Na atuação do profissional no ensino superior, alguns obstáculos são mais visíveis, dada a complexidade e especialização das diferentes áreas do conhecimento. Elas são percebidas no exercício da comunicação, no uso excessivo do alfabeto datilológico, na diferença entre o que o professor transmite e o que o intérprete traduz e na falta de sinais específicos para as diferentes áreas. Sua presença nas instituições de ensino superior não só ainda é limitada, como também insuficiente além de gerar discussões eminentemente ética. Segundo Martins (2007, p.178) : “os intérpretes vem procurando construir, a partir de sua inscrição na educação entre e com os surdos, seu lugar na triangulação - “professor ouvinte, Tils, e aluno surdo”- um espaço em que a própria tradução instaura”.

2.2 Breve contexto acerca da educação de surdos

É necessário conhecer as especificidades linguísticas, educacionais e culturais relativas ao surdo para poder contribuir com a sua formação acadêmica, pois o pré julgamento é considerado a barreira mais difícil a ser enfrentada no processo de sua escolarização. Isto acontece na medida em que a sociedade obviamente se mantém afastada e pouco se esforça para se comunicar e estabelecer a interação social com o surdo (Valentini; Bisol, 2012).

De forma que ao longo dos anos, pode-se observar que os surdos transpuseram grandes desafios pela afirmação da sua identidade, da comunidade surda, da sua língua e da sua cultura, até alcançarem o reconhecimento que tem hoje. Compreendemos que para entender a realidade educacional do surdo, é inevitável percorrer seu contexto histórico destacando as posições do oralismo e da comunicação total para chegarmos ao bilinguismo captando aspectos fundamentais desta construção, autores como Brito (1993), Sanches (1993), Sacks (1999), Thoma (2002), Perlin (2005), Skliar (2005), entre outros contribuem com êxito à temática.

No Brasil os primeiros registros de educação de surdos são do século XIX, quando D. Pedro II contratou o professor francês surdo H Ernest Huet, para fundar o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), primeira escola de surdos do país. Segundo Felipe (2006) foi o professor Huet quem trouxe para o Brasil um “método combinado”, criado pelo abade L’Epee, educador francês que utilizava a língua de sinais para o ensino da fala. No final da década de 1970 começam então movimentos na busca de redefinir a língua de sinais como primeira língua do surdo (L1) e a língua oral majoritária ser assim constituída como segunda língua (L2). Tomando como partido os Estudos dos Surdos e as novas políticas educacionais a discussão sobre educação de surdos no Brasil constatamos que a mesma tem avançado e se fixado na atualidade como uma provocação teórica e pedagógica. Skliar (2005, p.9) postula que: “A temática da surdez, na atualidade, se configura como território de representações que não podem ser facilmente delimitados ou distribuídos em “modelos sobre a surdez”.

A educação ofertada aos surdos em nosso contexto educacional ainda é pautada por concepções que levam em conta o ensino de uma única língua, ou seja, da língua portuguesa (oral-auditiva), a partir do ensino da sua gramática. A Libras ainda é pouco disseminada nas escolas e em nossa sociedade, desfavorecendo o surdo em seu desenvolvimento social e desempenho acadêmico. Atrelado a isso, a falta de conhecimento e domínio de sua língua dificulta a interação nos mais variados contextos sociais (SKLIAR, 2013). Embora ainda exista uma distância significativa das condições reais e das condições desejadas para a efetiva participação dos alunos surdos na escola bem como no Ensino Superior pois, nesse aspecto não há distinção, desde meados do século passado como resultado dos movimentos sociais de diferentes grupos, a sociedade vem tornando-se progressivamente inclusiva (Omote, 2004). Nesse sentido, compartilhamos o mesmo pensamento do psiquiatra surdo norueguês

Terje Basilier, citado por Ferreira Brito (1993, p. 75):

Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceitei a pessoa. Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo.

Numa perspectiva de inclusão como resolução do sistema educacional brasileiro o MEC tem trabalhado para garantir recursos que contemplem essa parcela da população. Como marco significativo para políticas públicas inclusivas no Ensino Superior citamos o lançamento no ano de 2005, do programa “INCLUIR” – Programa de Acessibilidade na Educação Superior. De acordo com a página oficial do programa no MEC:

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2014).

Considerando dados do Censo Escolar, divulgado pelo MEC em 2016 o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos, 32.121 com deficiência auditiva e 328 alunos com surdocegueira. No Ensino Superior do país os dados são de 2013, dos 29.034 alunos que declararam ter algum tipo de deficiência no ingresso à graduação, 1.448 se reconhecem como surdos e 7.037 com deficiência auditiva. Dos 420 alunos surdos que frequentam instituições públicas de Ensino Superior, 336 estão em faculdades federais, 34 em estaduais e 50 em faculdades municipais. Dos 1.538 com deficiência auditiva, 1.186 estão nas instituições federais, 239 nas estaduais e 113 nas municipais. Em faculdades privadas, frequentam 1.068 surdos e 5.499 com deficiência auditiva. É digno de nota que há maior número de alunos que se declararam com deficiência auditiva em todas as instituições. É importante também ressaltar que, do total de alunos que se declararam com deficiência no Ensino Superior, os surdos correspondem a 5,12% (INEP, 2014). Nos últimos anos na região do Tocantins, a percepção dos estudantes surdos em relação a este nível de ensino, o Superior, e sobre as condições que lhes são oferecidas nas instituições com o fim de garantir seu acesso e sua permanência tem ganhado força significativamente.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

De modo geral, todo jovem ao ingressar em um ambiente universitário têm à sua frente algo novo e de certa forma desafiador. Ocorre um período de adaptação à vida acadêmica, e as responsabilidades advindas dela. Em muitos casos, os ingressantes

no ensino superior trazem consigo lacunas no aprendizado, condições de estudo inadequadas, falta de habilidades lógicas, situações essas que acabam tendo grande impacto no seu desempenho acadêmico (Sampaio, Santos, 2002).

Assim se dá também com os surdos, mas há de se considerar que para esses constitui-se uma desafio ainda maior. Ao ingressar no ensino superior o que de fato acontece é a inclusão de um sujeito surdo em um contexto ouvinte, ou seja, o ambiente é majoritariamente ouvinte o que torna o processo ainda mais complexo. Em um ambiente assim o surdo é quase como um “estrangeiro” no seu próprio país, pois é inevitável que ser surdo e se comunicar através da língua brasileira de sinais não fique evidente, já que são minoria os ouvintes que dominam a língua.

Posto isso, a figura do tradutor/intérprete de libras em sala de aula é de suma importância para que o decorrer deste processo se dê de forma mais tranquila e natural possível. Cientes do papel importante que o profissional tradutor/intérprete de libras têm frente a esta realidade, focalizaremos então no descrever quais estratégias foram/ estão sendo utilizadas para que a inclusão do aluno surdo no ensino superior ocorra, tomando por objeto de relato o campus Gurupi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO.

3.1 Inclusão? O surdo em um contexto predominantemente ouvinte

Como mencionado anteriormente, o aluno ingressou em uma turma de alunos ouvintes, sendo o único sujeito surdo em sala de aula e também na instituição. Situações como essa podem causar um sentimento de solidão no surdo. Uma estratégia adotada é promover a integração entre os alunos ouvintes e o surdo. Neste sentido, a mediação da comunicação realizada pelas Tradutoras Intérpretes de Libras, muitas vezes ultrapassa o contexto acadêmico (aulas, eventos, visitas técnicas) e alcança as conversas entre os colegas com o aluno surdo, aproveitando essas oportunidade para disseminar ainda mais a libras através do ensino de sinais básicos aos colegas ouvintes do aluno surdo para que dessa forma eles consigam estabelecer uma comunicação e incluí-lo em atividades extraclasse como, por exemplo, de lazer.

Outro fator determinante neste sentido, é/foi a oferta da instituição de ensino, como componente curricular optativo, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras. O fato de quase toda a turma incluindo o próprio aluno surdo ter optado por cursar a mesma, contribuiu significativamente para a interação/inclusão do aluno surdo em meio aos alunos ouvintes, as aulas costumam ser vistas pelo surdo como o “seu” momento, e vimos claramente como ele se sentiu mais à vontade para se expressar e até mesmo dispôs a ajudar os colegas no aprendizado do seu próprio idioma, além de é claro contribuir para o próprio aprendizado da língua já que é recente o contato e o uso que faz dela.

3.2 Metodologia de ensino adequada

A metodologia de ensino adequada para o aluno surdo também é essencial, isso significa levar em conta suas peculiaridades no tocante a apreensão e construção de conhecimentos. Vale ressaltar que a libras é uma língua viso-gestual, e por conta disso o surdo apreende o “mundo” totalmente de forma visual. Pensando nisso, através de reuniões e discussões com os docentes sugerimos a elaboração de aulas que explorasse ao máximo os recursos visuais, por exemplo, apresentações de slides, imagens, mapas conceituais, vídeos entre outras adaptações. Para que obtivessem sucesso nesta metodologia, propomos um trabalho de parceria, onde os docentes nos disponibilizasse o conteúdo que seria ministrado, dessa forma há um momento dedicado a se preparar com antecedência e, assim, atuar melhor durante a tradução/ interpretação bem como sugerir adaptações para um melhor aprendizado do aluno, além disto foi proposto um momento para formação dos docentes no tocante a essas metodologias adequadas ao ensino para o aluno surdo.

3.3 O desafio da escrita e leitura na língua portuguesa

É certo que em sua trajetória escolar no ensino fundamental e médio o aluno enfrentou barreiras ao ser “obrigado” a acompanhar um currículo elaborado e focado nos ouvintes, e como acontece com a maioria dos surdos que frequentam escolas regulares assim, a alfabetização/letramento não acontece na língua portuguesa e nem mesmo na língua de sinais. Dentro da universidade o surdo apresenta então as heranças dessa trajetória escolar falha, com dificuldades na leitura e escrita da língua portuguesa. E como sabemos, o contexto acadêmico evoca tal conhecimento já que é permeado de leitura e escrita de artigos, trabalhos, relatórios, culminando sua formação o final do curso é exigido a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso. Um dos mecanismos adotados para contornar essa defasagem presente na trajetória escolar do aluno surdo, foi o atendimento ao aluno em contraturno com foco no ensino da língua portuguesa para o mesmo.

O atendimento é realizado em sala do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - Napne, que é um espaço ofertado pela instituição como núcleo de apoio e que tem por objetivo dar suporte aos alunos que tenham alguma necessidade específica além de elaborar estratégias que garantam o acesso e a permanência destes alunos, o núcleo conta com uma equipe multiprofissional e oferece materiais pedagógicos que podem ser utilizados durante o atendimento ao aluno, como pode ser visto nas imagens abaixo:



Foto 01: Intérprete de Libras faz uso do Material Dourado, para ensinar conceitos e processo para efetuar cálculos básicos de natureza matemática utilizando divisão, subtração, multiplicação e soma



Foto 02: Material Didático Pedagógico confeccionado pela Intérpretes de Libras, para auxílio no aprendizado do aluno em relação ao Teorema de Pitágoras.

Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2018.

O acesso em relação ao conteúdo escrito na lousa, por parte do aluno surdo também é uma outra particularidade que devemos nos atentar, isso porque o aluno tem de olhar para o intérprete enquanto ele sinaliza o que o professor fala, então não tem como ao mesmo tempo ele realizar a escrita ou mesmo anotações sobre o assunto da aula, enquanto que os alunos ouvintes fazem anotações e escrevem o conteúdo que é passado no quadro normalmente ao mesmo tempo que ouve o que o professor fala. Mesmo que o intérprete realize uma tradução simultânea, em atividades como esta, o aluno surdo acaba ficando um pouco atrasado em relação ao seus colegas, por causa do tempo demandado para a tradução por parte do intérprete. Visando auxiliar o surdo para que ele tenha acesso ao conteúdo da sala, orientamos aos professores que não escrevam no quadro ao mesmo tempo que estão explicando, que ele opte ou por copiar todo o conteúdo no quadro e depois partir para a explicação ou explique e só então posteriormente, transcreva para o quadro. Sabemos também que a dinâmica em uma sala de aula do ensino superior é bem diferente do ensino básico, devido a isso, nos casos em que não é possível adotar esse mecanismo mencionado, orientamos ao aluno que tire fotos com seu aparelho eletrônico dos conteúdos transcritos no quadro e depois realize a escrita em seu próprio caderno, ademais quando o professor faz uso de slides para aulas expositivas o material é encaminhado para o email da turma, e

assim o aluno surdo consiga ter acesso.

Em relação aos mecanismos adotados para adaptação das provas ou avaliações escritas, foi desenvolvido em parceria com um projeto local do jornal “Oôloko”, a gravação em estúdio das avaliações/provas do aluno surdo. Utilizamos a mesma metodologia do último exame do ENEM, onde as provas foram ofertadas na modalidade vídeo-prova em libras, e para que obtivéssemos sucesso nessa estratégia, foi necessário a parceria com os docentes na questão do envio das avaliações/provas a serem aplicadas, com antecedência para que pudéssemos estudar e realizar as melhores escolhas possíveis de léxicos e então traduzi-las obedecendo a estrutura e gramática da Libras e depois gravá-las. Após formatada, com inserção de slogan e palavras, figuras ou imagens, o aluno surdo realiza sua avaliação/prova em sala com auxílio de um dispositivo eletrônico (tablet) disponibilizado pelo Napne, como podemos visualizar nas imagens a seguir:



Foto 03 e 04- A esquerda aluno surdo realiza vídeo-prova em libras com auxílio do tablet e a direita vídeo-prova disponibilizada. Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2018.

Além disso, conforme previsto em lei, para que o acesso das pessoas surdas à educação seja garantido, os mecanismos de avaliação devem ser coerentes com o aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa (BRASIL, 2005). Dessa forma, orientamos e damos suporte na correção das respostas produzidas pelo aluno surdo, seja na forma escrita, ou registradas em vídeos.

3.4 Conteúdos a dominar x termos técnicos da área

O saber acadêmico está permeado por conteúdos complexos que são de suma importância para a formação do aluno surdo, sendo indispensável a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos da área estudada. Porém, tais termos específicos se tornam um desafio para o profissional Intérprete no ato tradutório e na compreensão do aluno surdo, devido à escassez de léxicos na libras que representa e contemple esses termos. Para contornar esse desafio e preencher essas lacunas terminológicas

pré-existentes, alguns mecanismos são comumente usados pelo profissional tradutor/intérprete de libras, como convencionar sinais em sala de aula juntamente com os surdos, realizar a datilografia do termo específico, apresentar imagens referentes ao termo para melhor compreensão do surdo em relação ao conceito do mesmo. Neste caso, como o trabalho de tradução/interpretação é realizado na modalidade revezamento de 20 em 20 minutos, adotamos a estratégia de que enquanto na posição de intérprete apoio, fazemos o registro por escrito das palavras ou termos que surgem durante a aula, num momento posterior realizamos pesquisas em busca da existência de um sinal em libras para o termo específico em sites, glossários, dicionários, manuais, grupos de profissionais intérpretes em rede social, de forma que ao esgotar todas essas fontes de pesquisa e assim constatar a inexistência de um sinal corresponde na libras, tomamos a iniciativa de convencionar um sinal com o próprio aluno, explicando o conceito do léxico, e auxiliando o aluno surdo na criação um sinal que seja adequado e então passamos a usá-lo durante o ato tradutório. Espera-se que esse processo contribua para a elaboração, num futuro próximo, de um Glossário de Termos Técnicos da Engenharia Civil, material de apoio que poderá ser usado por parte de toda comunidade surda.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tomando por base de que este relato consiste em expor uma experiência que está sendo vivenciada pelas profissionais Tradutoras e Intérpretes de Libras frente ao aluno surdo, os resultados bem como as discussões referente a tal ainda passam por momento de construção e identificação. O aluno surdo tem ainda um longo caminho pela frente a trilhar, visto que, se encontra atualmente nos semestres iniciais do curso. Portanto após aplicados os materiais e métodos descritos na seção acima espera-se conseguir os melhores resultados possíveis além de apontar quais mecanismos precisam ser aperfeiçoados e alterados. Considerando que esta situação têm-se repetido em muitas instituições, mas que muitas vezes a experiência nesses meios e quais as estratégias adotadas para a mesma não são documentadas e/ou relatadas, este fato também poderá estimular a produção de mais estudos/pesquisa, relatos de experiência e/ou relato de caso na área, visando promover e implementar mais ações e estratégias que contemplem as verdadeiras especificidades do aluno surdo ingressante no ensino superior.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa é feita para ampliar o conhecimento, qualquer que seja a área de trabalho do pesquisador. Segundo José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Respalgadas pela experiência vivenciada e no relato descritivo objeto deste trabalho, ainda em processo de estudo, foi possível identificar alguns aspectos positivos em relação à inclusão e permanência do aluno surdo no Curso de Engenharia Civil, bem como foi possível analisar de maneira mais abrangente políticas públicas e mediações de acesso ao ensino superior para outros surdos.

Através da mediação do intérprete, o aluno parece ter tido melhor acesso, se não de forma satisfatória pelo menos em parte, ao conhecimento científico, já que a área de formação das intérpretes e a área de atuação diferem, como consequência reforça-se a necessária cooperação entre educadores e as mesmas a fim de se obter conhecimento prévio do conteúdo científico a ser ministrado em sala de aula. Direcionado à ação e postura diante do aluno e levando em conta seu contexto acadêmico, é urgente que os aspectos que formulam a inclusão sejam tidos como de fato o é - incluir - admitir suas diferenças e limitações. De forma que as reflexões feitas sobre o ingresso bem como a permanência deste aluno surdo na instituição de ensino, transcende as barreiras da sala de aula. Recordamos que embora existam leis e políticas públicas que lhe garanta a plenitude do conhecimento e seu acesso se/ou somente este não lhe assegura a apropriação do conhecimento suficiente para uma profissionalização adequada, fazendo alusão a permanentes discussões e reflexões na busca de melhores condições de ensino para este aluno.

REFERÊNCIAS

ANSAY, NOEMI NASCIMENTO. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba, 2009.

BISOL, C.A et al. **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão**. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.147-172, 2010.

BRASIL, 2005. **Lei de Libras nº10.436 de 24 de abril de 2002**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

CECHINEL, L.C. **Inclusão do aluno surdo no ensino superior: um estudo do uso de Língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciência Humanas e da Comunicação, 2005

DAROQUE, S.C. **Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo, 2011.

DUARTE, E.R. et al. **Estudo de caso sobre a Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, Abr.-Jun., 2013

FERNANDES, S. MOREIRA, L.C. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Editora UFPR

GERHARDT, T.E. SILVEIRA, D.T. (Org.) UAB/UFRGS; SEAD/UFRGS (Coord.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância)

LACERDA, C.B.F ; SANTOS, L.F; CAETANO, J.F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos.** Coleção UAB - USFCar, 101, 2011.

MARCONCIN, L.I.R.P, et all.**O olhar do surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior. Ensaios pedagógicos.** Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET ISSN 2175-1773, 2013.

MARTINS, V.R.O.**Implicações e Conquistas da atuação do Intérprete de Língua de Sinais no Ensino Superior.** Revista ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.158-167, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592

MOURA, A. F. **Acesso ao ensino superior : a expectativa do aluno surdo do ensino médio.** 2016.107 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016

SAMPAIO, I.S.;SANTOS, A.A.A. **Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 31-38, jan./jun. 2002

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes de Segurança Penitenciária 8, 184, 185, 188, 190, 192, 193

Ansiedade e Depressão 102

Aprendizagem 7, 47, 57, 58, 59, 81, 92, 93, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 140, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 159

Ascensão Social 6, 20, 22, 53, 54, 60

C

Contextos Educacionais 5

Cultura Popular 5, 25, 31

D

Desigualdade Social 47

E

Economia Solidária 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85

Educação Inclusiva 51, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 110, 111, 115, 147, 148, 152, 153, 156, 157

Educação Infantil 39, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137

Ensino de História 29, 38

Ensino de Matemática 117, 124

Ensino Superior 53, 54, 55, 58, 59, 102, 107, 108, 111, 112, 147, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168

Envelhecimento Feminino 87, 89, 90, 91, 94

F

Formação de Leitores 126, 127

G

Gendrificação 63, 64, 65, 66, 71, 74

Gênero 11, 61, 63, 64, 65, 70, 73, 75, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 95, 115, 155, 172, 177, 183, 185, 189, 190, 191, 193

I

Inclusão Escolar 116

Inclusão Social 5, 44, 51, 140, 150

L

Letramento 7, 89, 116, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 163

Libras 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167

M

Medicina Popular 1, 9, 12

Mobilidade Social 5

S

Sistema Prisional 170, 171, 182, 185, 186, 193

Surdos 115, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168

T

Tecnologia Assistiva 49, 107, 108, 112, 147, 148, 153, 154

Terceira Idade 5, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 101

V

Vínculos Sociais 87, 93, 96

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-595-2

